



CAPÍTULO VIII

CIDADE PORTUÁRIA, PAISAGEM MARÍTIMA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE LITORÂNEA NA CIDADE DE RIO GRANDE/RS

CIDADE PORTUÁRIA, PAISAGEM MARÍTIMA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE LITORÂNEA NA CIDADE DE RIO GRANDE/RS

Felipe Nobrega Ferreira¹

¹Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Av. Itália s/n, 96200-100, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. ffnobrega@yahoo.com.br

RESUMO

A cidade de Rio Grande está localizada na extremidade meridional do território brasileiro, no Estado do Rio Grande do Sul. Sua condição costeira permitiu a criação de um porto e de uma praia de banhos, gerando práticas e representações ligadas a sua costa, e evidenciando a constituição de uma relação específica com o litoral. Dessa forma, a proposta no presente trabalho é traçar os primeiros apontamentos acerca dessa identidade ligada a tal condição litorânea, valendo-se de dois momentos distintos: a abordagem e relação homem-litoral; a apresentação de um catálogo documental que visa apresentar as inflexões e transformações dessa apropriação costeira levando em consideração as tensões ecossistêmicas presentes nesse processo. Ao realizar essa análise no campo da Educação Ambiental, busca-se a constituição de uma nova síntese no que tange a relação natureza e sociedade neste território, percebendo no processo as sensibilidades ambientais que permeiam a relação dos sujeitos com o litoral. Assim, o que se apresenta é um painel das ações antrópicas no sistema costeiro da cidade de Rio Grande, o qual é elaborado a partir da Educação Ambiental e as contribuições que esse campo oferece para problematizar e refletir sobre a dinâmica de apropriação litorânea dentro da contemporaneidade.

Palavras-chave: Litoral; Rio Grande; natureza e cultura; Educação Ambiental.

ABSTRACT

The city of Rio Grande is located on the southern end of Brazil, in the state of Rio Grande do Sul. Its coastal location enabled the creation of a port and swimming beach, giving rise to practices and representations linked to its coast and indicating the formation a specific relationship with the coast. The purpose of this article is to present some initial observations in relation to this coastal appropriation, drawing on two distinct moments: the approach and man-coast relationship; and presentation of a document catalogue to show the inflections and transformations of this coastal characteristic, taking into consideration the ecosystem tensions manifested in this process. While carrying out this analysis in the field of Environmental Education, a new synthesis will be sought in regard to the relationship between nature and society in this region, noting in the process the environmental sensibilities that permeate the relationship of the people with the coast. This article will present an overview of the anthropic actions in the coastal system of Rio Grande, elaborated on the basis of Environmental Education, and the contributions that this area of knowledge provides for defining the problem and reflecting on the dynamics of assimilation and practices associated with increased maritime aspects in the city. **Keywords:** Rio Grande, coastline, environment, modernity.

Keywords: Coast; Rio Grande; nature and culture; Environmental education.

INTRODUÇÃO

Localizada na extremidade do Brasil meridional, a cidade de Rio Grande faz parte da planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul. Oficialmente fundada no ano de 1737, o seu assentamento humano se deu em função de uma dupla necessidade do império português no seu projeto em direção a região do Prata: a construção de um forte militar, e a efetivação de um entreposto comercial nas proximidades da Colônia de Sacramento (QUEIROZ, 1987).

Mesmo sendo uma localidade peninsular, conectada diretamente com o Atlântico, tal condição parece irrelevante frente aos inúmeros registros oficiais do período que destacam sobremaneira a batalha que os habitantes travavam com as areias. Será somente no avançar dos oitocentos que esse cenário irá se alterar, quando a territorialidade, e a interiorização deixarem de ser a categoria mobilizadora das demandas e representações da cidade (QUEIROZ, 1987).

O caráter inicial dessa urbanidade passará por transformações em meados do século XIX, dando a ver o início de uma relação até então inédita com a natureza costeira, e inserindo por consequência um dado novo a essa localidade: a apropriação das águas que a circundam. Esse novo enquadramento do cotidiano citadino irá mobilizar tamanha força a ponto de se converter, logo em seguida, em uma marca de distinção identitária.

O presente artigo busca, então, compreender como se deu a inserção da condição litorânea na experiência dos sujeitos a partir da relação contínua das práticas e reapropriações que dotam de sentidos singulares essa dinâmica entre natureza e cultura capaz de forjar um repertório de representações que passaram a fazer parte da identidade da cidade de Rio Grande. Para tal questionamento será preciso analisar três inflexões específicas: a) a elaboração de mapas cartográficos e uma aquarela b) a obra dos Molhes da Barra c) invenção da praia do Cassino

A forma de pensar a relação natureza e cultura, tanto na abordagem individual de cada item, como na sua intersecção, ocorre no campo da Educação Ambiental (EA), articulando um princípio fundamental desenvolvido por Enrique Leff, o saber ambiental – oriundo de perspectivas em tudo conectadas a novos princípios éticos e ecológicos de desenvolvimento (LEFF, 2001, p. 133). Nas palavras do autor:

O saber ambiental problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas e administração setorial do desenvolvimento, para constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a re-articulação das relações sociedade-natureza (LEFF, 2001, p. 145).

Como o próprio Leff aponta, esse saber “excede” as ciências ambientais em sua incorporação dos enfoques ecológicos às disciplinas tradicionais (antropologia, saúde, economia). Na verdade, enquanto forma de abordagem junto aos fundamentos da EA, esse saber está ligado a uma “ambientalização interdisciplinar” (LEFF, 2001, p. 146). Nesse sentido, mesmo que as ciências sociais possuam suas resistências à incorporação de um saber ambiental, como argumenta Leff, novas frentes já estariam abertas junto aos estudos que levam em consideração, por exemplo, a relação entre “cultura e natureza, a complementaridade entre geografia e ecologia, a influência do meio na consciência e no comportamento social” (LEFF, 2001, p. 151).

Ao trazer à tona a relação de uma cidade com suas práticas e representações marítimas, as quais indicam a consolidação de um imaginário específico de apropriação da natureza, estamos diante de um objeto de estudo que se identifica com a premissa de um saber ambiental. E aqui esse “saber ambientalizado” se articula a conhecimentos de áreas como a

História Ambiental, Geografia, Antropologia e também, inserindo-se e dando sentido ao que Leff concebe como “amálgama de saberes” (LEFF, 2001, p. 153).

Operar essa proposta teórica a partir de registros históricos objetivos, como é o caso dos três itens de análise que apresentamos aqui, se faz a partir do que nesse estudo entende-se por sensibilidade ambiental. Ao buscar as marcas de historicidade deixadas pelos sujeitos em sua mediação com o mundo, e, portanto, com o meio ambiente em que estão inseridos, acreditamos ser possível encontrar sensibilidades que trazem à tona, justamente, um repertório possível à construção identitária que visa-se explicitar.

Assim, o que apresenta-se a seguir é o resultado de um esforço interpretativo preliminar¹ baseado num conjunto de fontes imagéticas e representações visuais que proporcionam, justamente, uma cidade em sua relação ecossistêmica com as águas que a cercam (¹Esse estudo é parte do processo de doutoramento em curso junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental realizado na Universidade Federal do Rio Grande-FURG).

ENCONTRANDO O LITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Não é com surpresa que, no âmbito de um imaginário popular, o Rio Grande do Sul seja um Estado associado a um tipo de clima, e também a uma série de costumes e indumentárias que operam enquanto articulares identitários, os quais concebem um *ser gaúcho*. Associar tais itens a esse Estado não é um ato que deva ser encarado sem criticidade, ou pelo menos sem revisão de parte do que forja esse imaginário.

Dito isso, escolher uma região enquanto representativa de um território é fruto de um contexto histórico politicamente orientado², o que estudos de cunho antropológico e históricos apontam desde o início da década de 1990 em se tratando da formação histórica do Rio Grande do Sul (²Tal afirmação está baseada em trabalhos como os de Oliven (1992, 2010) e Maciel (1994)).

Em *A invenção da sociedade gaúcha* (1993), texto de Sandra Pesavento que apresenta a articulação personagem-paisagem junto a um imaginário que reivindica o rural enquanto criador de sentidos e identidade, podemos encontrar um interessante painel dessa situação:

O Rio Grande do Sul identifica-se com a sua dimensão rural, e o gaúcho, o personagem símbolo da região, é por excelência um homem do campo. Numa evocação telúrica, fundem-se a imensidão do campo com o caráter indômito do personagem típico (PESAVENTO, 1993, p. 388).

A partir dessas palavras como não lembrar aqui do entendimento de Pierre Bourdieu (2007) sobre o conceito de região, quando ele aponta que a percepção do mundo natural, em geral, não possui nada de natural. O mesmo autor ainda argumenta que recortes regionais são produzidos dentro de gabinetes, atendendo a interesses que produzirão efeitos sociais específicos e contextualizáveis.

Pensar que “espaços naturais” muitas vezes resultam de intenso manejo humano, da mesma forma que projetam escolhas de memórias e esquecimentos, como propõe o sociólogo francês, não viria ao encontro dessa escolha regional da campanha enquanto articuladora de sentido de todo um Estado? Ainda, ao elencar uma região, conseqüentemente, não se está elevando uma determinada paisagem, também, como ferramenta de acesso a esse imaginário politicamente orientado?

O nosso esforço feito até aqui é, de certa forma, uma das bases de entendimento para um fato que pode ser estranho a outros Estados que, amplamente, estudam a sua condição litorânea: a escassez de trabalhos que versem sobre esse tema, e que percebam na paisagem costeira, também, uma articulação de sentido possível dentro de uma relação histórica e, aqui

fundamentalmente, socioambiental no que diz respeito a essa relação entre natureza e cultura.

No Rio Grande do Sul é preciso, ainda, encontrar o litoral, e assim perceber nele algo que Joana Gaspar de Freitas muito bem expõe em sua tese sobre a costa enquanto objeto de estudo:

As diferentes formas de utilização da zona costeira – haliêuticas, portuárias, industriais, terapêuticas, turísticas – deixaram numerosos traços na paisagem e na cultura das populações, que são testemunho das interações profundas entre o homem e meio, relatando o modo como cada sociedade vive e se define em função de um espaço e de como este se adapta às transformações a que é submetido (FREITAS, 2010, p. 20/21).

Os subsídios que a autora lança para um trabalho levando em consideração o litoral são vários, porém, o essencial está, em nosso entendimento, na orientação que faz para essa intersecção constante entre os sujeitos e o meio, o que ela chama de “interação profunda”. E essa interação pode ser apreendida a partir de suportes diversos, e que levam, justamente, a encontrar o que chamamos de sensibilidades ambientais.

Forjadas a partir da mediação que se estabelece do sujeito em interação com o meio, e opondo-se a uma perspectiva de divisão ontológica entre natureza e cultura, a qual está baseada numa visão antropocêntrica sobre a natureza, as sensibilidades ambientais se constituem, assim, dentro de uma proposta a qual Steil e Carvalho (2007) denominam *epistemologias ecológicas*. Nesse sentido, a construção do conhecimento se daria de forma compartilhada, em que “os significados, os conceitos e as abstrações que resultam do

processo de conhecimento não constituem um mundo à parte em relação a matérias e às coisas” (STEIL; CARVALHO, 2007, p. 164).

Pensar os conceitos de natureza e cultura a partir de uma epistemologia ecológica é deixar de lado uma apropriação do ambiente tão somente em sua valorização da cultura, mas de reconhecer a singularidade das perspectivas da diversidade de organismos no seu habitar o mundo (STEIL; CARVALHO, 2007). Operar os conceitos dessa forma nos levaria, assim, ao alcance de uma sensibilidade ecológica que, antes de hierarquizar o “natural” e o “cultural”, busca o sentido e intersecciona de forma dinâmica esses elementos presentes na interação entre sujeito e meio, e que se projeta no mundo a partir dos mais variados registros.

Dessa forma, apresentamos aqui um primeiro exercício interpretativo que busca os sentidos dessa ação humana específica, a qual cria uma identidade à cidade a partir de determinada relação ecossistêmica. Três são os eixos de análise para realizar essa tarefa, os quais iniciam com as primeiras representações imagéticas da cidade; os registros visuais relativos aos Molhes da Barra do Rio Grande; e, por fim, o conjunto de postais de inauguração da Praia do Cassino que datam de 1890.

UMA SUTIL INVERSÃO...

Ao visualizar o mapa abaixo da cidade de Rio Grande (Figura 1) estamos diante do primeiro assentamento urbano instalado nesse território. O caráter colonial presente tanto no arruamento, como nos elementos presentes nesse cenário – a igreja, o quartel e o forte – apontam para uma percepção estratégica do império português, pois percebe nesse local ponto estratégico para o acesso a Colônia de Sacramento.

O posicionamento geográfico a ser representado não é o conectado à maritimidade, ou mesmo qualquer tipo de protagonismo na relação com o recurso hídrico que ocupa a parte superior do mapa. Se, como afirma Beatriz Thiesen, “analisar imagens é discutir a produção

do olhar e do imaginário” (THIESEN, 2009, p. 145), ao propor uma reflexão sobre essa mesma imagem pontua:

As mais antigas representações iconográficas da cidade, às quais foi possível ter acesso, nos mostram uma Rio Grande que se construiu de costas para o seu porto. Uma gravura de 1750 nos mostra duas fileiras de casas, a catedral (que ainda hoje ali

permanece), tudo voltado para a terra, mesmo que, perto da pequena praia, onde hoje se encontra a praça principal da cidade, exista um pequeno trapiche com alguns barcos. Mesmo o ponto de vista daquele que registrou essa paisagem é revelador: ele olha e apresenta a cidade de frente, com seu porto ao fundo (THIESEN, 2007, p. 145).

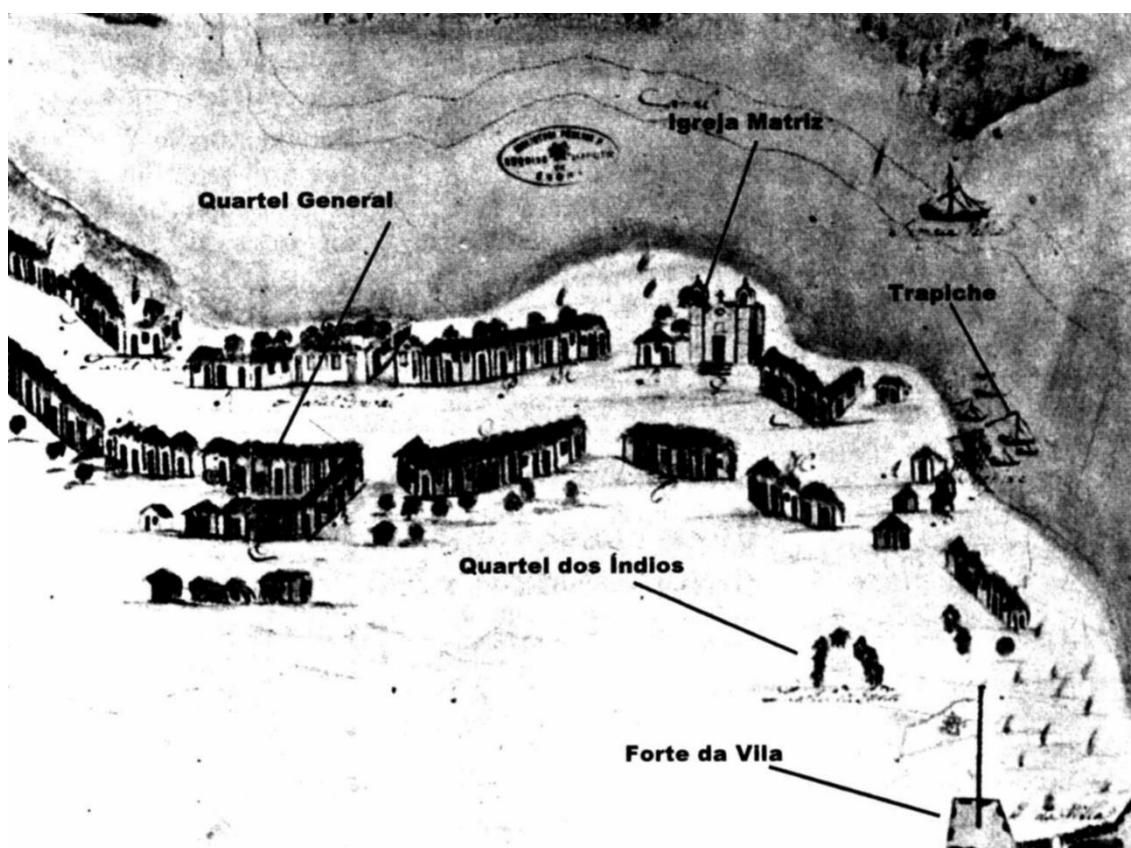


Figura 1 – Mapa da cidade de Rio Grande – 1750/1760. Fonte: Acervo da Bibliotheca Riograndense.

O que está em jogo para a pesquisadora é uma “clara hierarquia de espaços”, em que o mais importante é a Catedral em primeiro plano, e em primeiríssimo plano a representação do Forte Jesus Maria José, o marco fundador da cidade. Por sua vez, o porto está em segundo plano, assim como seus barcos ao fundo, criando uma hierarquia das paisagens a serem vistas, e também àquelas a serem deixadas de lado num primeiro momento, dando destaque ao caráter

que, então, parece representar a localidade: a terra, as areias.

Thiesen desenvolve um argumento importante, e inovador dentro da historiografia sobre Rio Grande baseando-se nessa representação para explorar a ideia de que, ao contrário da reivindicação natural de um assentamento que se forjou a partir das águas, a cidade não foi originalmente pensada a partir de sua “vocação marítima”. Aliás, para a

pesquisadora, essa nem seria uma característica geográfica da localidade: “Analisando sua posição geográfica e seus aspectos morfológicos, Rio Grande, nem de longe, se configura como um porto natural” (THIESEN, 2007, p. 145).

Levando em consideração as características naturais seria “lógico” a criação de uma estrutura portuária na outra margem da Lagoa dos Patos, ou seja, na cidade vizinha de São José do Norte, Assim, a condição marítima-portuária é por ela

demonstrada enquanto um esforço humano orientado e ocorrido décadas após a forma de assentamento originário, quando, também através das representações, outra cidade se daria a ler em suas hierarquias de espaços (THIESEN, 2007).

Quando o contexto da abertura dos portos, e a vinda de pintores para o Brasil, Jean-Baptiste Debret passa pela cidade de Rio Grande e realiza uma série de trabalhos, entre eles essa aquarela, produzida em 1824 (Figura 2).



Figura 2 – Representação do Porto de Rio Grande por Debret, 1824. Fonte: Acervo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini, Rio Grande.

A perspectiva, agora, dá a ver o que a autora chama de uma “cidade muito distinta”, já que é representada de maneira inversa a de 1750/1760:

...em primeiro plano estão os barcos, e, logo a seguir, o porto. A catedral permanece em situação de destaque, no centro da representação, logo após a praia, de costas, como foi construída. Depois veem-se as casas e, finalmente, as dunas de areia. A hierarquia inverte-se (THIESEN, 2007, p. 147)

Seguindo a mesma trilha de investigação, a nova planta da cidade, de 1829, também já apresenta essa nova caracterização - comprovado pela autora a partir de georeferenciamento. Nesse documento é

mostrado em primeiro plano a zona portuária, e as casas comerciais de importação e exportação no centro da imagem enquanto referência cartográfica. Em 1835 mais um mapa seria elaborado da mesma forma, o que se transformará numa representação visual, agora, recorrente da cidade de Rio Grande: sua identificação em primeiro plano com a condição portuária e marítima.

O estudo de Thiesen propõe não uma “naturalidade” nessa intersecção cidade-água, mas sim uma elaboração a partir de um conjunto de esforços humanos específicos, orientados por uma série de movimentações ligadas a navegação mercantil, que engendraram a cidade no escopo de uma economia moderna, em que a zona portuária se transformaria num cenário de em que “circulavam – além de embarcações e mercadorias – também artistas, imigrantes, artífices, modas, contrabandos, ordens

religiosas, letras de câmbio, livros, ideias...” (TORRES, 2010, p. 11).

PEDRAS NO MAR: A CONSTRUÇÃO DOS MOLHES DA BARRA (Figura 3)



Figura 3 – Construção do Molhe Oeste, 1904. Fonte: Acervo do Século XX – Molhes da Barra, Biblioteca do Porto do Rio Grande.

A perspectiva que projeta o horizonte, e que leva o olhar até um ponto em que torna-se difícil separar o que é pedra, mar e céu, dimensiona o alcance dessa imagem que representa uma das etapas da obra de melhoria ao canal de acesso portuário, e diz respeito a colocação das pedras que darão uma nova disposição e fisionomia à costa. Ao perceber o guindaste que adentra o oceano e recorta o cenário costeiro imprimindo à paisagem natural os signos de uma modernidade pensada a partir de um projeto de engenharia oceânica de alta complexidade, fica claro que os homens estão separando o que será mar e o que será lagoa, transformando profundamente o olhar sobre a cidade, sua identidade e suas representações.

Tal obra essa foi consequência de intensa movimentação de embarcações que, desde 1824, com a primeira dragagem, apresentavam difícil navegabilidade junto ao canal de acesso ao porto. Segundo Rodrigo Torres, até o momento desse projeto a entrada marítima à cidade foi sempre baseada numa constante interação, e tensão, com a natureza estuarina, essa zona de contato entre a Lagoa dos Patos e o oceano, a

qual se caracteriza pela variabilidade dos parâmetros oceanográficos (temperatura, salinidade, correntes, etc), ora característicos do ambiente marinho, ora do ambiente lacustre (TORRES, 2011, p. 28).

Assim, após décadas de insegurança³, em que “traíçoeiros bancos de areia submersos, cuja posição e profundidade variavam de acordo com as condições hidrográficas e meteorológicas reinantes” (TORRES, 2011, p. 63), legando a esse acesso portuário a alcunha de “Boca do diabo”, dado a recorrência de sinistros, essa obra seria levada a cabo pela Província do Rio Grande do Sul. A pedido da administração imperial brasileira em 1883 instituiu-se uma Comissão de Melhoramentos da Barra e do Porto do Rio Grande, a qual proporia o melhor formato para a criação de um “quebra mares”, ou molhes – estruturas de proteção costeira, feitas comumente de pedras, utilizadas para diminuir o impacto e a energia hidrodinâmica das ondas e correntes (Figura 4) (³Em fins do século XVIII o calado desse acesso portuário era de mais de quatro metros; em 1848 passou para 3,60 metros; em 1866 o calado chegou a 3,50m; em 1875 atingiu a marca de 3,20m; sendo que o assoreamento fez com que, em 1875 fossem detectados 2,70m de profundidade o canal de acesso portuário (TORRES, 2011)).



Figura 4 – Vista aérea da entrada dos Molhes da Barra. Fonte: Acervo do Século XX – Molhes da Barra, Biblioteca do Porto do Rio Grande.

Somente décadas depois, após uma série de interrupções de ordem política e econômicas que, em 1 de março de 1915⁴ seria inaugurado o molhe que pode ser visto acima (Figura 5), o qual possuiria as seguintes características básicas:

concluiu-se o molhe oeste, localizado no município de Rio Grande, numa extensão total de 4.012 metros, além de 288 metros submersos em forma de dique submarino (...) os braços de pedra tinham em média três metros de altura acima do nível do mar⁵ (MARTINS, 2006, p. 134).

Se antes a navegação era perigosa, dado a alta quantidade de sedimentos depositos pelo fluxo lento das águas da Lagoa dos Patos em direção ao Oceano Atlântico, agora o problema estava resolvido, mas com uma consequência, o impacto evidente desse ecossistema costeiro (SELLIGER; ODEBRECHT, 2010, p. 12). Nas palavras de Seeliger: “A centenária e contínua interferência humana tem gradativamente alterado tanto a área, como a profundidade e a circulação do estuário inferior” (SEELIGER; ODEBRECHT, 2010, p. 13) (⁴É a partir da inauguração dessa obra que se cria uma divisão, na qual Porto Novo refere-se a essa nova estrutura portuária advinda dos melhoramentos, e Porto Velho diz respeito à zona portuária eminentemente urbana, junto ao centro histórico da cidade. Nos anos 1970 outra estrutura seria criada, mais próxima a saída do canal de acesso, chamando-se, então, Superporto; ⁵Cabe evidenciar que tal iniciativa também efetivou a construção de um molhe (leste) localizado no município de São Jose do Norte, o qual possuía 3.940 metros de comprimento e uma extensão de dique submarino de 360 metros).

Somado a isso, com o crescimento demográfico⁶ ao redor da Lagoa dos Patos resultou em quantidades crescentes de nutrientes, o que teria levado a um processo de eutrofização que deteriora a própria água do estuário (SEELIGER; ODEBRECHT, 2010, p. 13). Não seria esse um exemplo de como são criadas intersecções entre natureza e cultura a partir de referenciais sociais específicos, portadores de sensibilidades que incluem ou excluem questões relativas ao ecossistema local? (⁶O surgimento de comunidades ao redor do estuário se dá em função das próprias obras empreendidas pelo governo brasileiro. Trabalhadores da construção dos molhes passam a construir residências nas proximidades da obra, gerando ao longo dos anos um conjunto de habitações que

resultaram em bairros como 4ª Seção da Barra, Vila Mangueira e Santa Tereza, os quais possuem acesso direto ao estuário).

Nesse caso, em prol dos melhoramentos portuários a opção foi omitir o impacto que uma obra dessas causaria, e apostar no discurso da modernidade que chegava pelas águas. Com isso, a urbe portuária conectada ao mundo pelo Oceano Atlântico, e a estrutura representada nas pedras que avançam no oceano parecem fazer a manutenção diária dessa assimilação litorânea – fato que que ganha ainda mais relevo quando percebemos que a denominação “Noiva do Mar” se transforma numa forma de identificação popular e institucional da cidade.

A INVENÇÃO DA PRAIA DE BANHOS

A praia de banhos Villa Sequeira está situada sobre a costa do Oceano Atlântico, a 8 kilometros ao sul da boca da barra do Estado do Rio Grande do Sul, no districto da Mangueira no município do Rio Grande (...) Abrange 300 metros ao longo da costa e cerca de 2200 metros de fundo, cortada ao meio pela linha férrea que a liga com a cidade do Rio Grande (Guia dos Banhistas, 1890, p. 3).

A temporada de veraneio de 1890 marca a inauguração do primeiro balneário planejado que se tem conhecimento no Rio Grande do Sul. Formiguinha e Andorinha eram os nomes das locomotivas que levaram os banhistas até a Costa da Mangueira - que recebeu o nome de Villa Sequeira logo que Antonio Candido de Sequeira fundou a localidade.

A novidade era a praia de banhos. A novidade era a invenção de uma praia⁷ num dos locais considerados mais inóspitos da cidade nesse período, essa zona pantanosa e entregue ao destino, como muitas vezes os jornais demonstravam em suas páginas ao falar desse

espaço (7O uso do termo “invenção” está associado a proposta do autor Alain Corbin, estudioso do universo litorâneo e o autor do clássico O território do vazio (1989), onde cunha o termo “invenção da praia” (1989, p. 266)).

Desde 1884, após adquirir os direitos de exploração férrea e territorial da Costa da Mangueira, Sequeira passou a somar esforços financeiros por todo do Estado para constituir uma sociedade capaz de dar início aos melhoramentos necessários para construção do balneário (FERREIRA, 2012). A praia, a ligação com o oceano passava a ser uma realidade na cidade, que agregaria mais uma paisagem a ser praticada, e claro, mais uma paisagem conectada a essa identificação litorânea.

Os primeiros registros fotográficos da Villa Sequeira, que desde a década de 1950 passou a se chamar Balneário Cassino, foram feitos pelas lentes dos Irmãos Fontana, contratados para elaborar uma série de postais que pudessem ser publicizados ao redor do Estado. Na Figura 5 um registro panorâmico dessa praia logo da inauguração:



Figura 5 – Vista balnear, Irmãos Fontana, 1890. Fonte: Bibliotheca Riograndense.

Ao percebermos a construção de camarotes e cabines de banhos aos moldes europeus, a ação antrópica se faz presente na materialidade desses elementos que, além de reivindicar a modernidade mimetizada, forja uma paisagem que enquadra o espaço natural, dotando-o de sentidos específicos. A praia de banhos, nesse momento, é o que está inserido dentro desse perímetro dos camarotes e das cabines.

A natureza litorânea é enquadrada pelo olhar, pela fotografia que, agora, opera como um suporte sensível do que é uma “praia”, e como ela deve ser apreendida pelos usuários. Assim, estar na praia é estar dentro dessa paisagem hierarquizada enquanto produção cultural humana, pois dá a ver tanto uma escolha geográfica orientada do ponto a ser utilizado, como também a possibilidade do controle social a partir do *ver e ser visto* – estratégia presente na constituição histórica das praias ocidentais (CORBIN, 1989) (Figura 6).



Figura 6 – Panoramas da área de praia, Irmãos Fontana, 1890. Fonte: Bibliotheca Riograndense.

Junto ao documento intitulado Guia dos Banhistas⁸ ainda podemos encontrar a seguinte descrição da paisagem:

Ao Nordeste avista-se a duas léguas de distancia os estabelecimentos principais da praticagem da barra⁹; ao Sudoeste descortina-se a praia lisa, resistente aos passos bem como às rodas dos vehiculos¹⁰, que nenhuma depressão causam na

areia; e em frente, ao Sueste, vê-se o grande, o imenso oceano; em que a atenção se fixa por um longo tempo, admirando as suas bellezas, relembrando as suas virtudes, e também segredos que encerra de riqueza animal, e de valores, e vidas que sepultou (G.B, 1890, p. 5-6).

A perspectiva adotada pelo documento é a de um banhista frente ao mar, posição a qual atende o caráter da representação de praia desejada para o contexto (⁸Trata-se de um manual de banhos criado especialmente para a inauguração do balneário, e que pode ser apreciado em uma análise mais ampla em Ferreira (2012), incluindo a integralidade do seu conteúdo; ⁹Aqui refere-se ao canal de acesso portuário, que alguns anos depois receberia o incremento dos molhes, como descrevemos anteriormente; ¹⁰A grafia do período foi mantida).

A construção do olhar, da paisagem costeira a ser encarada enquanto local de práticas modernas, as quais ganham sentido quando lembramos do tipo de sentido investido por essa característica:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder alegria crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 2007, p. 24).

A praia, nesse entendimento, é o espaço moderno a ser praticado. A descoberta dos novos sentidos que ela traz, e por sua vez, a inscrição no espaço dos sujeitos, parecem sugerir uma transformação significativa na natureza costeira da cidade.

Os impactos desse antropismo ao longo desse mais de um século de ocupação são diversos. Aqui podemos citar o caso da degradação do solo, visto que a circulação de

veículos automotores de médio e grande porte é liberada nas areias da orla, o deslocamento do cordão de dunas, e a efetiva extinção da fauna e flora nativa, entre outros itens que degradam, paulatinamente, a biodiversidade presente nesse ecossistema¹¹ (¹¹ADELIO (2014), SEELIGER; ODEBRECHT (2010), LOPES; CHAVES & VIEIRA (2007)).

Atualmente a faixa de uso para banhos tem cerca de 16 km, ampliando significativamente o primeiro núcleo de banhos, e forjando uma paisagem a qual a vista pode não alcançar em sua plenitude, mas que, a partir da relação dos sujeitos no mundo, é inserida dentro do imaginário local. A integração da praia nas mais diversas esferas do cotidiano da cidade, da sua questão histórica até a institucional, visto que fomenta o turismo local gerando receita aos cofres públicos, parecem atestar mais um desses pontos de inflexão em que a identidade litorânea, sublimando as questões ambientais e os impactos causados a esse território, se faz sentir¹² (¹²Não desconsideramos a atividade pesqueira como parte dessa identidade ligada a maritimidade, visto que se trata de uma prática artesanal histórica na cidade tanto no seu modelo oceânico quanto lagunar. Porém, aqui compreendemos que, dada uma série de especificidades que o tema traria, não seria possível contemplar a inserção desse tema no presente artigo, optando por abordar em outro momento essa característica).

UMA BREVE PROPOSTA DE SÍNTESE

O historiador Simon Schama argumenta que os modos de olhar possibilitam redescobrir elementos que nos circundam e projetam sentidos no mundo (SCHAMA, 1996, p. 24). Porém, é preciso, primeiro, olhar.

E nesse caso, como não trazer à tona, mais uma vez, fala de Enrique Leff quando aponta para a necessidade de conceber uma rearticulação das relações sociedade-natureza? O saber ambiental estaria, assim, como um desses “modos de olhar”, orientando uma ambientalização interdisciplinar que nesse trabalho se faz presente quando o campo da Educação Ambiental (EA) abre a possibilidade de um diálogo com História Ambiental, Geografia,

Ciências Biológicas, Antropologia, enfim, áreas do conhecimento que se interseccionam para a busca de um saber ecossistêmico.

A construção de um conhecimento de forma compartilhada, como apontam Steil e Carvalho (2007), encontra nos três elementos aqui analisados uma convergência no âmbito das epistemologias ecológicas, já que tanto necessita de uma gama de saberes, como também os elabora a partir de uma noção crítica, em relação as apropriações de natureza e cultura. Ao desfazer a hierarquia da cultura, e dar vazão a diversidade dos organismos que habitam o mundo, a dinâmica com o natural passa a ser vista de um ponto de vista renovado, não mais como um ato evolutivo desprovido de tensões ecossistêmicas, mas sim como algo que se dá a ver em registros diversos, basta que se “olhe”, se problematize e proponha a construção de uma nova síntese.

Rio Grande inventa-se como cidade portuária, litorânea, que faz uso da sua praia de banhos, enfim, que pensa a sua maritimidade após séculos de intervenção humana que pouco tiveram seus impactos explorados ou mesmo inseridos em qualquer tipo de discussão ligada a esse caráter identitário. Ao não problematizar os impactos de um porto, de uma obra de engenharia oceânica como foi a da construção dos Molhes da Barra, e mesmo das formas de uso da faixa de praia, omite-se uma relação que deveria, ao contrário, ser exposta, e inserida no debate cotidiano de uma sociedade.

Por fim, repensar a cidade expondo a sua condição litorânea dentro de um cenário permeado por questões ecossistêmicas, incluindo aí as tensões ambientais, reverte em uma narrativa em que o ambiente construído expressa a cultura, a qual deve se pensar dentro de uma natureza, logo, os seus recursos e suas formas de uso. Essa é uma lógica presente nos fundamentos de uma Educação Ambiental capaz de promover um debate crítico sobre a relação entre natureza e sociedade, e que aqui ganhou

alguns contornos possíveis ao problematizar a apropriação litorânea na cidade de Rio Grande.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELIO, Janaína Paraguaçu. 2014. *Subsídios para um plano de gestão de trânsito de veículos na Praia do Cassino, Rio Grande – RS*. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro). Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande, FURG.
- BERMAN, Marshall. 2001. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. *O poder simbólico*. 7ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CORBIN, Alain. 1989. *Território do Vazio: a Praia no Imaginário Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FERREIRA, Felipe Nóbrega. 2012. *Ao sul do sul o mar também é pampa - sensibilidades de verão na Villa Sequeira (1884-1892)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.
- FREITAS, Joana Isabel Gaspar de. 2010. *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos do Espinho e Algarve (c. 1851 ac. de 1990)*. Tese. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras/Departamento de História.
- LEFF, Enrique. 2001. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade,*

- complexidade, poder.* Petrópolis: Vozes.
- LOPES, M.N.; CHAVES, P.; SAN MARTINS, L.; VIEIRA, H. 2007. Estudo do impacto ambiental sobre a biodiversidade da praia do Cassino causado por veículos automotores. Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG.
- MARTINS, Solismar Fraga. 2006. *Cidade do Rio Grande: Industrialização e Urbanidade (1873/1990)*. Rio Grande: FURG.
- PESAVENTO, Sandra. 1993. A invenção da sociedade gaúcha. *Ensaio FEE* (Porto Alegre), **14**(2): 383-396.
- QUEIROZ, M. Luiza Bertulini. 1987. *A Vila de Rio Grande de São Pedro (1732-1822)*. Rio Grande: FURG.
- SCHAMA, Simon. 1997. *Paisagem e História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEELIGER; Ulrich; ODEBRECHT, Clarisse (Org.) 2010. *O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações*. Rio Grande: FURG.
- STEIL, Carlos; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. 2014. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. *Mana – estudos de antropologia social* (Rio de Janeiro), **20**(1): 163-183
- THIESEN, Beatriz. 2009. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). *Métis: história & cultura*, **8**(16): 143-154.
- TORRES, Rodrigo. 2010. *... e a modernidade veio a bordo: arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade de Rio Grande/RS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio), Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas, UFPel.